



Reformismo e contra-revolução no Brasil

Reformism and counterrevolution in Brazil

Marco Antonio PERRUSO*

<https://orcid.org/0000-0001-8320-4102>

O instigante artigo *Contrarreformas ou Revolução: respostas a um capitalismo em crise*, de Mauro Luis Iasi, importante autor e militante marxista da esquerda brasileira, nos provoca a pensar sobre várias questões. Face à trajetória do autor, cujas reflexões se elaboram não só a partir do campo acadêmico, mas também dos campos políticos partidário e sindical (indo além, portanto, da figura tradicional do intelectual público – costumeiramente político em sentido lato embora não militante em perspectiva estrita), o artigo já mereceria comentários qualificados. A contundência e diversidade de seus argumentos nos motivam mais ainda a registrar e problematizar algumas questões, sempre buscando o ponto de vista dos interesses das classes subalternas (que é também o dele).

Iasi aborda com maestria alguns temas – a dupla composição da política pela força e pelo consentimento, a igual materialidade vivida pelas diferentes classes sociais em luta entre si, a decadência ideológica da burguesia mundial sob o capitalismo e sua crise no séc. XXI, entre outros – com o intuito de melhor contextualizar o objeto maior de seu artigo. Este consiste, em meu entendimento, nas possibilidades políticas de enfrentamento da ordem do Capital numa quadra histórica de crise, na qual se destacam os fracassos de novas experiências reformistas de gestão burguesa do Estado e de hegemonia cultural das sociedades burguesas no mundo.

Neste comentário em forma de artigo, me concentro nas expressões políticas desse processo social contemporâneo de largo alcance e significado – o qual, todavia, possui precedentes históricos. E me ateno especificamente à “[...] tragédia da experiência recente dos governos petistas no Brasil [...]” (IASI, 2019, p. 13), que revela, com grande força, não apenas as contradições do reformismo em suas várias faces, mas a própria organicidade burguesa da direção política do capitalismo nacional sob mãos de setores que se vêem – ou se vendem – como socialistas.

II

Para chegar ao exame ligeiro da experiência reformista – e contra-revolucionária – brasileira a partir das reflexões em tela de Iasi, sigo uma importante pontuação teórico-metodológica

*Professor Associado de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRural, RJ. Rodovia BR 465, Km 07, s/n, Seropédica-RJ, CEP: 23890-000. E-mail: <trogao@bol.com.br>.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

sua: “Toda construção ideológica tem que partir de uma base terrena.” Ressaltando que a materialidade da ideologia reformista reside “[...] na experiência da social democracia europeia e do chamado Estado de Bem-estar Social [...]”, Iasi (2019, p. 14) afirma que tal experiência “[...] não é universalizável além dos limites do velho continente a não ser como ideologia” (IASI, 2019, p. 14). Aqui, inadvertida ou premeditadamente, ele inspira-se na conhecida tese schwarziana das “[...] ideias fora do lugar [...]”, (SCHWARZ, 2001, p. 59-83) estendendo o referido raciocínio analítico: o que pioneiramente foi aplicado ao liberalismo original sob inflexão do Brasil escravocrata do séc. XIX, agora é pensado para delimitar a inadequação do reformismo quando efetivado na periferia do capitalismo mundial.¹ Tese absolutamente estimulante em termos intelectuais e políticos, é bom realçar.

Ao mesmo tempo, diante da paradigmática máxima leninista utilizada por Iasi como epígrafe de seu artigo (*Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário*), indago se o mesmo não poderia ser dito do marxismo clássico, dado seu significativo eurocentrismo. Mas esta ideologia – não a única – das classes trabalhadoras tem mostrado historicamente significativa capacidade de adaptação ou reinvenção em contextos periféricos: Mariátegui, Che Guevara, Mao Tse-Tung são bons exemplos, assim como o próprio Lênin. Por outro lado, experiências não-liberais de gestão da ordem do Capital, como o populismo de tradição latino-americana, talvez neguem o reformismo como mera ideologia em nossas formações sociais. Não creio ser o caso, pois certamente Iasi não se refere à efetividade e resiliência desses experimentos reformistas, mas sim ao beco sem saída a que os populismos e a social-democracia nos levam – como hoje em dia.

Contudo, a pergunta que se coloca, a meu ver, é outra: qual a *base terrena* do marxismo brasileiro, latino-americano, periférico enfim? A mesma do marxismo original do séc. XIX: os movimentos sindicais e sociais das classes exploradas e oprimidas. No caso europeu, Marx e Engels não poderiam pensar o que pensaram (e de maneira que o fizeram) se não tivessem sido impactados socialmente pelo movimento operário europeu da época. Passando para nossa realidade, a esquerda marxista brasileira reflete e traduz o percurso das lutas da classe trabalhadora nacional, incluindo proletários urbanos e rurais, camponeses, as tradições de lutas de negros escravizados e indígenas, etc. Sem estar ancorado em movimentos populares de nossos setores subalternos, o marxismo nacional também corre o risco de tornar-se *ideia fora do lugar*.²

Ocorre que, no caso brasileiro, a alavancagem social do pensamento marxista se deu sob influxo do nosso movimento operário do séc. XX mas também, e principalmente, do movimento operário europeu já mediado pela experiência estatal da União Soviética (e seu marxismo ortodoxo).³ Como a Pátria do Socialismo acabou por trilhar o caminho de um capitalismo de Estado,⁴ e dada a fidelidade exigida dos partidos comunistas pelo mundo à URSS entre 1917 e 1989, o marxismo do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi perdendo vitalidade. Exceção feita à tradição trotskysta nacional e às dissidências pecebistas,

¹Perfaço o mesmo tipo de operação analítica e interpretativa, transferindo propositadamente a tese de Schwarz para a tradição nacionalista brasileira, no artigo “Golpe, onda conservadora, fascismo: a narrativa lulista como pensamento político-social” (no prelo).

²A respeito, veja-se Perruso, 2017.

³Sobre o conceito de “[...] marxismo ortodoxo” [...], ver Williams (1979, p. 79).

⁴Sigo aqui, livremente, o diagnóstico – hoje um tanto esquecido – de Charles Bettelheim (1976).

os marxistas brasileiros eram impulsionados antes pela experiência estatal soviética do que pelas demandas e formulações de nossas classes trabalhadoras em seus movimentos autônomos.

Sem um enraizamento orgânico e decisivo nos subalternos, inviabilizava-se uma teoria revolucionária impulsionadora de um movimento revolucionário em nosso país. O quadro só mudaria com o novo sindicalismo, as oposições sindicais e os novos movimentos sociais e populares dos anos 1970/80 – os quais, posteriormente, repetiriam, de certa maneira, a história pecebista pré-1964, (MUSSE, 2015) mas já sob o influxo do Estado brasileiro e de nossa longa tradição nacionalista. Restavam a muitos intelectuais marxistas outras *bases terrenas* – partidos políticos e universidades – nem sempre suficientemente oxigenados pelas lutas (combativas e não burocráticas) dos *de baixo*.

Se dá, então, o que Iasi bem descreve: “[...] os representantes do proletariado, em um determinado momento[...]” (IASI, 2019, p. 9) começam “[...] a partilhar das concepções próprias da decadência ideológica de seus antagonistas” (IASI, 2019, p. 9). Decadência essa que ele registra reiterando a necessária agressividade burguesa contra os trabalhadores no atual momento histórico do capitalismo mundial. Torna-se mais difícil, inclusive, “[...] apagar as pegadas que nos levam à aterradora constatação que a ordem atual foi e é imposta com base na brutal dominação da classe dominante” (IASI, 2019, p. 8). Transportando para a situação brasileira: o que o lulismo – o reformismo dominante dos dias de hoje – tão bem fazia, em termos do mascaramento da inevitável conflituosidade classista, o bolsonarismo dispensa e desnuda.

Como especificamente a ex-esquerda reformista nacional passa a pensar segundo *concepções próprias* burguesas? Sociologicamente falando, quando ela passar a agir sob o nexo da gestão estatal da ordem do Capital no Brasil. Tal fenômeno se deu primeiramente na história brasileira na medida em que setores do PCB pré-64 colocaram-se a reboque do populismo trabalhista (a pioneira experiência estatal de conciliação de classes no país), o qual exercia a hegemonia política nacional-desenvolvimentista de então. Assim como os lulistas de hoje (tão saudosos do fordismo, nunca majoritário entre nós, e de um Estado de Bem-Estar Social que jamais existiu), os pecebistas de ontem tornavam-se incapazes de fornecer centralidade ideológica à diferença, tão bem identificada por Iasi, (2019) entre a luta por direitos sociais na qual “[...] a classe se constitui enquanto classe [...]” (IASI, 2019, p. 14) e a política conciliatória pela qual “[...] o Estado burguês estabelece o controle político da classe e a desarma de sua autonomia, tornando-a adaptada às exigências das novas formas e padrões de acumulação” (IASI, 2019, p. 14).

Materialmente este processo toma corpo na acomodação e cooptação, burocrática e institucional, de dirigentes sindicais/partidários, assessores e figuras públicas cuja práxis gravita em torno da gestão, colaboracionista de classe, da ordem do Capital – vulgo *desenvolvimento nacional* ou mero crescimento econômico – por parte do Estado-Nação, bem como em torno da dinâmica democrático-representativa burguesa (o velho cretinismo parlamentar).⁵ Não por acaso, Caio Prado Jr. (1987), em crítica feroz ao trabalhismo varguista

⁵Nos termos de Iasi (2019): “As lutas de massas, os enfrentamentos, em uma palavra, a insurreição, teria cedido lugar à formas institucionais que canalizam os conflitos [...]” (IASI, 2019, p. 7), apassivando-os em prol da

e ao seu próprio partido, o PCB, conceituou tal fenômeno como “capitalismo burocrático” em uma de suas obras clássicas.

III

Muito mais intenso do que no pré-64 foi a rendição à lógica burguesa por parte do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao contrário do PCB, um mero coadjuvante do populismo trabalhista em certo momento, o petismo protagonizou a segunda grande experiência histórica nacional de conciliação de classes, o lulismo, operando diretamente de dentro do Estado burguês a gestão dos rumos do capitalismo brasileiro. Os diversos marxismos dos petistas (que conviviam internamente com outras concepções intelectuais progressistas no interior do partido), alavancados organicamente nos movimentos sindicais e sociais a que se vinculava o PT das origens, foram sendo substituídos por diversos matizes reformistas (populismo, social-democracia) sustentados na fortíssima tradição anti-liberal, nacionalista e tecnocrática do Estado brasileiro e do nosso capitalismo periférico (PERRUSO, 2017)

Tal tradição política, que remonta pelo menos a Visconde de Uruguai no séc. XIX, é, portanto, anterior àqueles experimentos históricos de conciliação de classe. Ela se modernizou a partir dos anos 1930, passando a incorporar – de modo subalternizante – as classes populares no jogo político, algo que o conservadorismo de nossos liberais nunca permitiu. Combatendo o princípio mercantil de competição entre os vários segmentos sociais, essa tradição incessantemente busca a harmonia social de cima para baixo, combinando violência e legitimação, por meio do Estado-Nação (vide, p.ex., o corporativismo varguista). Hostil à noção de conflito, seja na versão otimista do liberalismo seja na abordagem dialética do marxismo, desdobra-se o nacionalismo reformista brasileiro – como expressão de nossa frágil ou inexistente *burguesia nacional* – na estratégia ou esperança política em torno de um “[...] fluir evolutivo, linear e progressivo ao gosto do positivismo comteano [...]”, (IASI, 2019, p. 9) que ainda nos marca culturalmente e que tanto serviu de escudo a nos proteger “[...] da Revolução Russa e das revoluções socialistas do séc. XX” (IASI, 2019, p. 14).

O nacional-desenvolvimentismo trabalhista e o neodesenvolvimentismo lulista são construções nacionalistas que operam nesse quadro conceitual e teórico. O desenvolvimento, a ser levado à frente pelo Estado, é o objetivo maior que submete todos os demais. Como a esquerda brasileira, hoje precariamente ancorada em movimentos populares – minoritários mas aguerridos – não cooptados pelo lulismo, tem dificuldades de pensar além desta *concepção própria* burguesa dominante na história do país, persiste ainda na busca *dodesenvolvimento*, seja lá qual for.

Na versão marxista, trata-se do desenvolvimento das forças produtivas. Iasi (2019) retoma esta formulação a partir de um argumento proposto por Marx em 1849. É certo que as revoluções socialistas mundo afora quase sempre buscaram este desenvolvimento, que pode ser realmente diferente do *desenvolvimento nacional* capitalista. Mas nos casos brasileiro e latino-americano, raramente não está a se referir à mesma coisa: crescimento extensivo da produção, intensificação da produtividade, industrialização, etc.⁶

manutenção das sociabilidades burguesas. O reformismo, então, encontra “[...] na forma eleitoral sua razão de ser” (IASI, 2019, p. 8).

⁶O já citado Bettelheim (1976) argumentava em sentido oposto (e de modo muito mais estimulante politicamente): a construção do socialismo envolveria a criação de novas relações sociais de produção pelos

É visível a decadência ideológica da burguesia, mas talvez parte do nosso marxismo a siga no mesmo percurso, ainda acreditando no mais que retrógrado conceito de progresso.⁷ Supõe-se etapisticamente que um capitalismo brasileiro mais fortalecido encurte o caminho para o socialismo. Sabemos ser o contrário: todo o desenvolvimento da década passada sob condução do lulismo nos trouxe à recessão econômica atual e a Bolsonaro no governo federal. O caminho ficou não só mais longo, ficou mais tortuoso e perigoso. O diagnóstico de Iasi (2019), neste sentido, é preciso: “O futuro da experiência social democrata não foi a universalização da democracia e de uma era de direitos, mas seu pleno desenvolvimento resulta numa curva regressiva em direção à barbárie” (IASI, 2019, p. 14).

Pressupor que a conciliação de classes é a ante-sala da revolução não é só um equívoco, mas a completa inversão das lições históricas: o reformismo sempre semeia derrotas e a contra-revolução. Como ocorreu em 64, como se dá agora. A crença no *desenvolvimento das forças produtivas* facilmente joga o marxismo brasileiro no colo do nacionalismo reformista. Obviamente, não é o caso de Iasi. Mas a tradução política prática daquele primado marxista entre nós resulta num economicismo evidente, reducionista, despolitizador, paralisante.

A recusa à semântica e à pragmática desenvolvimentista constitui uma tarefa urgente para o marxismo contemporâneo voltar a ser revolucionário e evitar o atalho preferencial ofertado pelo reformismo nas formações sociais da periferia do capitalismo. Variam as versões de baixa e alta intensidade mobilizatória (respectivamente, o lulismo no Brasil e o bolivarianismo latino-americano) dos processos políticos contemporâneos periféricos, mas a derrota é comum.⁸

IV

Outra oportunidade de reflexão engajada estabelecida por Iasi em seu artigo reside no avanço analítico da conceituação referida ao reformismo. Em outras palavras: o que as derrotas do lulismo e do progressismo latino-americano nos podem ensinar sobre estes mesmos fenômenos, de um ponto de vista marxista? O que podemos agregar, em termos de radicalidade intelectual, ao diagnóstico corrente sobre o reformismo, em pleno séc. XXI?

A meu ver, a indicação mais profícua de Iasi encontra-se na seguinte passagem: “[...] enquanto se processa o lento acúmulo [...]” (IASI, 2019, p. 14) que levaria (na ótica reformista que ele analisa e critica), “[...] ao socialismo, qual ordem sobrevive como fundamento da sociabilidade existente? Não pode ser a proletária, pois esta resultaria do pleno desenvolvimento e do acúmulo das reformas particulares” (IASI, 2019, p. 15).

trabalhadores no poder, não a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas pelo capitalismo de Estado em substituição ao de mercado.

⁷A respeito, veja-se Löwy (2008).

⁸O presente caso boliviano, em pleno andamento e sem um desenlace político nítido, é exemplar: mesmo com crescimento/desenvolvimento econômico, Evo Morales não sustentou a contento sua popularidade nas ruas; mais uma vez foram negados pela realidade o economicismo e o elitismo dos modelos de certa ciência política acadêmica, traduzidos pela fórmula *comida no prato = apoio do povo* (como se os trabalhadores fossem capazes de desejar apenas o *básico* suposto pelos intelectuais). Sem a mobilização autônoma dos subalternos – inadmissível para o reformismo – não é possível resistir aos golpes reais ou imaginários dos liberais-conservadores e de outros setores políticos.

Isto é, o reformismo no poder inescapavelmente é um fenômeno burguês, da ordem da dominação de classe. Ao não atacarem, decisiva ou modestamente (no caso do lulismo, nem um nem outro), qualquer estrutura societária burguesa, os reformistas se constituem ontologicamente enquanto componentes dos segmentos dominantes. Inimigos de classe da esquerda, portanto. Não podem fazer parte do campo político que a esquerda compõe, embora os militantes reformistas sejam, comumente, oriundos da esquerda. Aliás, os laços de sociabilidade pessoal que unem os reformistas a nós da esquerda costumam atenuar a dura consideração político-ideológica que deveríamos fazer destes ex-companheiros de viagem na luta pelo socialismo.

Outro motivo para asseverarmos que os reformistas estão *do lado de lá* da luta de classes: uma vez no poder, não permitem questionamentos à sociedade burguesa, apenas seu *aperfeiçoamento* ou *humanização*, que, como antes visto, não auxilia a emancipação dos trabalhos, pelo contrário. Como bem afirma Iasi (2019), aposta-se, sem sucesso, na “[...] possibilidade de uma disputa política no quadro de instituições que teriam a virtude de permitir acúmulos de longo prazo favoráveis às classes trabalhadoras” (IASI, 2019, p. 10).

No atual quadrante histórico de desnudamento dos fracassos do reformismo (ao menos para quem quer efetivamente enxergá-los), vejo como exceção à regra a pontuação de Iasi (2019) a respeito dos não-*renegados* que possuam “[...] sinceras ambições socialistas e anticapitalistas” (IASI, 2019, p. 9). Estes existem, obviamente. Todavia, no caso brasileiro, exceção feita à parte da antiga oposição de esquerda ao lulismo, muitos já não cultivam aquelas ambições – o que foi precipitado e visibilizado mais amplamente pelo *impeachment* de Dilma e a ascensão de Temer, depois Bolsonaro. Valeria tudo contra o suposto fascismo que viveríamos, inclusive abrir mão da perspectiva e programa revolucionários e aderir acriticamente à conciliação de classes. O que não quer dizer que muitos não mantenham a auto-identificação socialista – por descargo de consciência, para seguir auferindo prestígio cultural ou como ferramenta de propaganda para enganar trabalhadores e intelectuais progressistas (estes últimos, com maior eficácia).

Já quando afirma não se tratar “[...] somente de caminhos alternativos para superar o capitalismo e iniciar a construção do socialismo como parece ser quando restringimos a análise à intencionalidade política de seus protagonistas”, (IASI, 2019, p. 11) está a fazer uma distinção sutil e cuidadosa – em chave sociológica, inclusive – que se aplica a muitas situações históricas. Contudo, não entendo ser o caso do lulismo, dado seu caráter pragmático, desencantado, que exclui um horizonte utópico de mudança social radical. Os reformistas lulistas – e progressistas latino-americanos em geral – não mais conseguem vaticinar “[...] um salto de qualidade em algum momento futuro [...]” (IASI, 2019, p. 14) nem desejam a transformação da “[...] ordem burguesa em ordem proletária” (IASI, 2019, p. 14)

V

As reflexões de Iasi nos exigem arrojo na percepção crítica do reformismo exatamente no momento em que o lulismo promove, cinicamente, uma frente ampla para combater o que ele mesmo geriu por meio da conciliação de classes, o bolsonarismo.

Intelectualmente, a resposta dos socialistas e revolucionários deve ser aguda, concluindo que o reformismo não só não é um outro caminho para o socialismo (o que já se sabe há cerca de

um século), mas se configura principalmente como uma poderosa opção de dominação de classe para a burguesia ao recrutar trabalhadores e intelectuais, formados na esquerda, para exercer a gestão do Capital. Lula e os intelectuais lulistas das políticas públicas foram exemplares, neste sentido.

E a confusão político-ideológica se torna maior quando a proeminência de populistas de ontem e de hoje deita raízes na memória popular, atravancando a formação da auto-consciência dos trabalhadores. Para combater tal confusão que nos divide e nos joga uns contra os outros (costumeiramente em nome do falso ou infrutífero diálogo com as bases eleitorais do reformismo), recorro a uma passagem de Gramsci (1985, p. 52) a respeito da Itália mas que cabe bem ao momento histórico brasileiro atual: “[...] o movimento operário e socialista elaborou [...] grupos intelectuais inteiros [...]” (GRAMSCI, 1985, p. 52) os quais “[...] passaram para a outra classe” (GRAMSCI, 1985, p. 52).

Historicamente, a sociedade brasileira, em sua complexa dinâmica, foi capaz de recrutar um latifundiário (Vargas) para comandar nosso processo de industrialização e modernização burguesa. Décadas depois, selecionou um operário metalúrgico para liderar um novo ciclo de desenvolvimento capitalista e de políticas sociais. O que nossa burguesia não seria capaz de fazer, por meio de terceiros, em termos de manejo utilitário dos intelectuais marxistas?

Em outras palavras: como evitar o processo sócio-político – tipicamente brasileiro – de formação de jovens quadros marxistas, nas organizações populares e nas universidades, que logo a seguir se profissionalizam intelectualmente a serviço da hegemonia reformista – nacionalista e anti-liberal – adotada volta e meia por setores burgueses progressistas? Boa parte da geração militante marxista que lutou contra o lulismo na década passada (e o estudou, inclusive) hoje lhe rende homenagens (ainda que fora de hora),⁹ abandonando o classismo.

Para que a geração marxista atual não fique ultrapassada, ela precisa fazer mais e diferente. Virar as costas para as “[...] comportadas experiências de acúmulos institucionais [...]” (IASI, 2019, p. 15) e revalorizar os “[...] caóticos sinais de insurreições populares”¹⁰ (IASI, 2019, p. 15). Incorporar à reflexão e à prática militante outros repertórios coletivistas das classes subalternas mundo afora, bem como dialogar com outras traduções (marxistas e anarquistas libertários, autonomistas, conselhistas, autogestionários, entre outros) dos experimentos de luta e vivência comum dos *de baixo*.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, C. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁹Visto que hoje é anacrônico combater a barbárie, pois na verdade se trata do “[...] triunfo da civilização, de uma civilização que agoniza e assim fazendo revela seu caráter mais essencial sem os disfarces da maquiagem política, das belas roupas e adereços ideológicos” (IASI, 2019, p. 15). Por que as massas intelectualizadas consumiriam exclusivamente o marxismo, se há terraplanismo à venda no mercado de ideias como meros ornamentos?

¹⁰O caso chileno ilustra bem como as multidões nas ruas – em poucos dias! – são capazes de êxitos para os trabalhadores que décadas de atuação reformista na democracia burguesa nem sonharam conquistar.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

IASI, M. L. Contrarreformas ou Revolução: respostas a um capitalismo em crise. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 3, p. 7-17, set./dez.2019.

LÖWY, M. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MUSSE, R. As aventuras do marxismo no Brasil. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, pp. 409-426, 2015.

PERRUSO, M. A. Revendo mapeamentos do pensamento brasileiro. 2017. **Em Tese**, v. 14, n. 1, pp. 12-30, 2017.

PRADO Jr., C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

SCHWARZ, R. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Marco Antonio PERRUSO

Possui graduação e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993 e 1995, respectivamente) e mestrado e doutorado em Sociologia pela UFRJ (1999 e 2008, respectivamente). Possui pós-doutorado em Ciência Política pela USP (2016-2017). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro desde 2009, foi coordenador do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Autor de *Em busca do “novo”: intelectuais e movimentos populares nos anos 1970/80* (Annablume, 2009). Foi diretor do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) de 2014 a 2016. Militante do PSOL-RJ.
